



# ***Grito dos excluídos e excluídas: Lutar nas ruas para matar a fome e a sede!***

As manifestações do 29º Grito têm como tema “você tem fome e sede de quê?” Sob esse lema, levantam-se as necessidades de acesso à água, o fim da fome e a garantia da chamada “justiça social”. Levantam-se outras bandeiras, para cada região. Existe uma unidade das correntes e partidos políticos de esquerda na convocação e bandeiras gerais do ato. Essa unidade é expressão da centralização política do governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin sobre as correntes e demais organizações políticas dos movimentos.

Duas vertentes se acomodam a essa centralização. Uma delas, majoritária, é a de que o atual governo melhoraria as condições de vida das massas em geral, e se deve apoiá-lo para fazer isso, seja eleitoralmente, seja com “as massas nas ruas”. Desconhece que o governo federal expressa os interesses da burguesia, e não das massas. Aplica as determinações do capital financeiro internacional e da grande burguesia nacional. A essência de sua política econômica é a garantia do sustento do parasitismo financeiro, do subsídio estatal aos negócios capitalistas, e da maior possibilidade de exploração do trabalho em geral (precarização, terceirização, recontração, layoffs, PDVs, etc.). O resultado disso será mais fome e sede, em todos os sentidos possíveis, para a população assalariada.

A segunda delas, minoritária, é a que defende que o governo atual é burguês e não atenderá as massas. E que é preciso organizar uma oposição eleitoral a ele, que ganhasse força a partir dos movimentos sociais (“nas lutas e nas urnas”). Como se, por meio de eleições, por meio de um governo “de esquerda mesmo”, fosse possível resolver os problemas das massas.

O controle das organizações de massas por essas correntes, mais ou menos governistas, mais ou menos eleitoreiras, impede que se organize um movimento nacional de defesa das reivindicações mais sentidas e gerais.

Nos últimos anos, foi possível ver como a colaboração de classes foi mudando de forma no país, passando a negociar dentro do campo dos ataques da burguesia e de seus governos às massas. A política colaboracionista das centrais sindicais, logo em seguida à greve geral de 2017, quando esse amplo movimento nacional foi abortado já no 1º de maio daquele ano – e a falta de uma perspectiva de combate na greve de 2019 contra a Reforma da Previdência – prevaleceram as negociações e emendas à contrarreforma de Bolsonaro ao parlamento; a ausência de uma resposta própria diante da Pandemia de Covid-19, que entregou o destino dos explorados aos exploradores, e permitiu a burguesia e seus governos estabelecerem a quarentena de classe (política burguesa de isolamento social) sobre as massas, e o destino dos caixões a centenas de milhares, com os sindicatos fechados; a falta de

combate às medidas capitalistas de redução de jornada e salários, tais como a Medida Provisória 936, e sua aprovação em assembleias presenciais ou virtuais; a subordinação à política e calendário das CPIS e do impeachment pelo parlamento (“Fora Bolsonaro”) nas manifestações que se seguiram; a subordinação eleitoral à candidatura burguesa de Frente Ampla de Lula/Alckmin em 2022, em nome do “combate à extrema direita”; a adesão impressionista e pró-governista ao “Abaixo o Golpe!”, quando não havia condições políticas e materiais para golpe contra o novo governo; a aceitação de acordos de demissão diante do fechamento de fábricas, e de layoff e PDV em outras, por sindicatos de todas as centrais; o maior controle burocrático das eleições sindicais; o governismo da maioria das direções, que abortam os movimentos e impedem sua unidade; a formulação de uma “oposição de esquerda” ao novo governo (“nas lutas e nas urnas”), que subordina a defesa das reivindicações à “luta contra a extrema direita”, que está escondida debaixo do tapete, diante de um governo de unidade nacional, sob a política pró-imperialista e dos setores mais direitistas da burguesia nacional; a política pró-OTAN na Ucrânia, que coloca movimentos no campo do imperialismo estadunidense e europeu; tudo isso prova a ausência de uma política de real independência de classe no país.

As massas saem à luta por suas reivindicações, em especial os salários e direitos, atacados por patrões e governos. Foram mais de 550 greves no 1º semestre deste ano. Sabemos que permanecem as ilusões no governo Lula em grande parcela da população. Mas a irrupção de tantas greves, na sua maioria por salários e preservação de direitos, mostra que há disposição de luta. Mas que permanece em greves isoladas por conta da política das direções, que temem que a revolta das massas afete a “estabilidade política” do governo que ajudaram a eleger, e permita “a volta da extrema direita ao poder” nas próximas eleições. Essa concepção liberal democrática das eleições, oposta à marxista e classista, de que elas são o campo de disputa próprio da burguesia e não dos explorados, acorrenta as organizações de massas diante da ofensiva capitalista que impõe mais exploração e miséria.

Temos vivido, nos últimos anos, uma série de ataques às condições de vida e trabalho. Não se pode formular uma política correta e que dê resposta aos problemas mais sentidos pelas massas sem partir de uma correta caracterização da situação mundial que vivemos.

A conjuntura é de agudização da crise mundial do capitalismo. A época de recomposição de forças produtivas do pós 2ª guerra mundial se esgotou no início dos anos 2000. As potências imperialistas passaram a retroceder amplamente em suas capacidades produtivas, abrindo espaços

para que principalmente a China avançasse sua indústria, tecnologia e agricultura. A Rússia se recuperou da destruição de forças produtivas dos anos de 1990, e voltou a se colocar na economia e política mundiais. A preservação da nacionalização das economias chinesa e russa, conquistas das revoluções proletárias em seus países, permitiu essa ocupação do espaço econômico e político deixado pelos retrocessos das potências imperialistas, apesar das burocracias contrarrevolucionárias e restauracionistas que dirigem seus estados. Hoje, todas as eleições, os golpes, as disputas fronteiriças, as guerras comerciais e bélicas, têm por trás a disputa entre essas duas formas de produção econômicas em choque: o capitalismo imperialista em decadência de um lado; as economias nacionalizadas pelas revoluções, de outro. Vê-se isso na Ucrânia, na guerra entre OTAN e Rússia, mas também nas arábias, no Oriente Médio, na África, no Sul do Pacífico, no continente latino-americano. Ao proletariado, interessa a derrota militar do imperialismo em toda parte, e a preservação da propriedade nacionalizada, base da transição ao socialismo, que pode ser retomada por meio da derrubada das burocracias contrarrevolucionárias – em suas diversas formas políticas – por meio da Revolução Política. Qualquer vitória do imperialismo, em qualquer parte do mundo, contra qualquer país ou governo, significa uma derrota do proletariado mundial. Daí que é pró-imperialista qualquer posição que se coloque ao lado da OTAN contra a Rússia, inclusive exigindo ainda mais armamentos – os estoques das potências foram esvaziados contra a Rússia nessa guerra. Falar em autodeterminação, quando a realização do objetivo da OTAN levaria a manter e aprofundar a opressão nacional de todo o Leste ucraniano russo, e de fortalecimento da opressão nacional da maioria dos povos pelas potências imperialistas no mundo, é criminoso.

A criação de uma narrativa alheia à realidade econômica e política mundial afetou diretamente as caracterizações e políticas das direções sindicais no Brasil. Ao não notar que havia um movimento do governo estadunidense de pressionar pela saída de Bolsonaro e eleição de Lula, bem como dos mais importantes setores da burguesia nacional (Fiesp, Febraban, etc.), as direções acabaram caracterizando que a eleição de 2022 colocaria dois candidatos que, embora com suas diferenças, expressariam a disputa entre frações da burguesia pelo comando do Estado, e que daí somente poderia resultar um governo que aplicaria as diretrizes do capital financeiro internacional e grande capital nacional: preservar e aprofundar as contrarreformas; cortar gastos para sustentar o parasitismo financeiro; manter e ampliar o subsídio aos capitalistas; aprofundar a precarização do trabalho; manter a fome e a miséria, elevando superexploração do trabalho; manter a subordinação do país às potências imperialistas, etc. Que, portanto, não caberia a uma posição de independência de classe apoiar nenhuma das candidaturas, mas organizar uma oposição revolucionária ao novo governo. Passadas as eleições, e com oito meses de governo burguês de frente ampla, com participação até dos partidos bolsonaristas (“extrema direita”), as direções ainda se colocam por apoiar ou fazer bloco com o governo.

O governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin atraiu para sua base a maior parte das frações da burguesia, que nas condições atuais da crise mundial capitalista, só pode trilhar o caminho de maior conservadorismo e

repressão. Mas também atraiu para sua base boa parte da esquerda, com cargos e votos no parlamento. O Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária contaram com a defesa e votos de todos, até do partido de Bolsonaro. Diante de um governo que expressa a necessidade de ataques à vida das massas, não é possível defendê-lo e ao mesmo tempo as reivindicações dos explorados. Ou se está de um lado ou de outro. A maioria das esquerdas está do lado do governo. É por isso que é preciso organizar a oposição revolucionária em todas as frentes sindicais e populares. Que se organiza a partir da defesa das reivindicações mais sentidas e gerais das massas por meio dos métodos da luta de classes, da democracia operária e da real independência de classe.

Subordinada à concepção burguesa das eleições, as esquerdas em geral projetam os movimentos contra as opressões como meio para fortalecer sua base eleitoral. Ao invés de defenderem a unidade de todos os oprimidos contra os opressores, alimentam o corporativismo e identitarismo. As reivindicações que defendem cada setor oprimido devem fazer parte do programa do proletariado em sua luta contra a burguesia, e serem erguidas por meio da luta de classes. Nenhum governo burguês atenderá às demandas de cada um e de todos os oprimidos. Serão resolvidas no caminho da revolução proletária e do socialismo.

Somente erguendo um movimento nacional assentado nas reivindicações das massas, com os métodos da luta de classes, a partir das assembleias de base e presenciais, com total independência de classe e sob a estratégia própria de poder do proletariado, será possível desenvolver uma frente única de luta contra o governo e os patrões.

***Pela rejeição à negociação de direitos, salários e empregos em geral. Responder ao fechamento ou suspensão do trabalho nas fábricas com a mobilização, a ocupação da fábrica e a imposição do controle operário.***

***Construir uma oposição revolucionária ao governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin, nas lutas das massas e no interior dos sindicatos governistas! Que combata a estatização dos sindicatos e sua subordinação às instituições burguesas (o parlamento é o cemitério das reivindicações). Que defenda a real democracia sindical e a real independência de classe. Não se trata de trocar uma direção burocrática por outra, menos pelega. Mas de transformar completamente os sindicatos, para eles sejam de fato uma organização geral dos trabalhadores para lutar pelas reivindicações.***

***Rejeitar os acordos de destruição de direitos, salários e empregos! Convocar as assembleias de base para enfrentar os patrões e o governo com os métodos da luta de classes!***

***Discutir e aprovar uma plataforma de reivindicações e a organização de uma frente única de luta por ela. Contra a fome e a miséria, conquistar um salário mínimo vital aprovado em assembleias (o Dieese calcula em R\$ 6.500,00) – e garantir o emprego a todos. Uma campanha nas bases em todas as centrais, de forma a impulsionar a luta e pressionar as direções para erguer a luta unitária e nacional.***

***Pela DERROTA MILITAR DA OTAN NA UCRÂNIA! (sem nenhum apoio ao governo burocrático russo ou a seus métodos ditatoriais militares)***